

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 26/09/2014 - Edição 1132

Sindicatos de luta começam a repudiar decisão do MTE



O **Secretário de Relações do Trabalho, Manoel Messias**, ligado a membros da CUT Nacional e atendendo a interesses de pessoas poderosas, suspendeu o registro da CNTV, uma entidade séria combativa e que ao longo dos seus 22 anos sempre esteve à frente dos interesses dos trabalhadores no Brasil e fora dele.

Hoje, um grupo de pessoas se une, inclusive com pessoas que nunca foram vigilantes, com quem criou, em seu Estado, dois pisos para os vigilantes, com o objetivo de atender aos interesses dos empresários. Este mesmo grupo tenta a todo custo criar outra Confederação, para atender, novamente, aos interesses dos Patrões. Não vamos deixar acontecer! Já estamos tomando todas as medidas jurídicas e políticas possíveis para mostrar que a CNTV e os Sindicatos sérios do nosso País não vão abaixar a cabeça para essa falta de respeito para com a nossa categoria.

Os empresários não encontraram na CNTV apoio para atender os seus interesses. É este o

motivo da criação de uma nova confederação. A coincidência interessante é que o endereço onde eles estão era a Sede Nacional da Associação das Empresas de Segurança com sede em Brasília.

O Sindicato dos Vigilantes de Niterói e Regiões vai cobrar uma posição do Presidente Nacional da CUT sobre essa situação, uma vez que o Sr. Manoel Messias, hoje Secretário de Relações do Trabalho, tem apoio de parte da direção Nacional da CUT, se intitula Cutista e toma uma decisão dessas, prejudicando mais de DOIS MILHÕES de vigilantes no país.

Como pode uma pessoa que se diz CUTISTA tomar uma decisão de suspender um Registro Sindical de uma Entidade séria que, além de ser filiada à CUT, tem uma história em defesa do Trabalhador?

A CNTV está incomodando a muitos empresários e aos seus defensores. A CNTV esteve à frente de várias conquistas, e a última foi o adicional de 30% de periculosidade para toda a categoria. Hoje, quando a CNTV lança a luta pelo Piso Nacional dos Vigilantes de R\$ 3 mil, e a campanha começa a crescer no meio da categoria, vem o Sr. Messias atendendo a interesses escusos e suspende o registro Sindical da CNTV

Não adianta! A campanha do Piso Nacional já foi lançada pela CNTV! Sabemos que quem quer destruir a CNTV é contra o Piso Nacional. Por isso, pedimos aos companheiros que continuem firmes no propósito de lutar por um Piso Unificado e a nossa proposta é de R\$ 3 mil.

É uma pena que o MTE esteja contra os trabalhadores e a representação Sindical.

Trabalhador, contamos com você!

Fonte: Svnit

Rima, pague os vigilantes!



Atrasos de salários, de vale-alimentação, de vale-transporte, de férias e irregularidades no FGTS e INSS levaram os vigilantes de cinco hospitais da Região Metropolitana de Recife a realizarem uma paralisação na quinta-feira (25), em frente ao Hospital Agamenon Magalhães, na Zona Norte da cidade. A responsável é a empresa Rima Segurança, detentora dos contratos com os hospitais Getúlio Vargas, Otávio de Freitas, Ulisses Pernambucano, Agamenon Magalhães e Correia Picanço.

Para tentar resolver a situação, o Sindicato dos Vigilantes do Estado de Pernambuco participou na segunda-feira (22) de uma reunião com a empresa, a Secretaria de Saúde e o Tribunal Regional do Trabalho

(TRT). No dia, ficou determinado que a Rima efetuasse o pagamento do que estava atrasado em até 24 horas. Ela descumpriu.

Por isto, um protesto está marcado para a segunda-feira (29), em frente ao Palácio do Campo das Princesas, sede do governo do Estado, para tentar entregar ao governador, João Soares Lyra Neto, uma denúncia sobre a Empresa. “No documento que será entregue, pedimos que Lyra nos ajude nisso para que o tomador de serviço tome as devidas providências”, adiantou José Inácio Cassiano de Souza, presidente do Sindicato dos Vigilantes do Estado de Pernambuco.

Fonte: CNTV

Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis (RJ) apura denúncia que vigilantes trabalham mais de 11 horas em pé no Sesc Quitandinha

O Sindicato já está apurando denúncias de que vigilantes que atuam no Sesc Quitandinha são obrigados a trabalhar por mais 11 horas em pé sem direito a descanso, sob condições subumanas e debaixo de sol.

Também não há banheiro no local. A empresa responsável pelo posto no Sesc Quitandinha é a Empresa Hércules.

O presidente do Sindicato, Adriano Linhares, e o diretor Luiz Cláudio, visitaram o local nesta quarta-feira (24) para averiguar a situação dos trabalhadores.

O Sindicato já estuda a melhor forma de cobrar por melhores condições de trabalho à empresa e ao Sesc Quitandinha e não descarta uma encaminhar a denúncia à Delegacia Regional do Trabalho de Petrópolis.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Petrópolis

Tiroteio deixa vigilante baleado em tentativa de assalto em Porto Alegre



Ataque ocorreu quando seguranças subiam a rampa do supermercado

Foto: Tadeu Vilani / Agencia RBS

Um segurança de um carro-forte foi baleado em uma tentativa de assalto na manhã desta sexta-feira (26) a um supermercado na Rua Fernandes Vieira, no Bairro Bom

Fim, em Porto Alegre. De acordo com a Brigada Militar, a quadrilha chegou ao estabelecimento por volta das 9h e entrou em confronto com os funcionários da empresa de

segurança, que estariam abastecendo caixas eletrônicos no local.

Foram mais de 50 tiros, segundo a polícia. Houve pânico e correria de moradores da região e clientes do supermercado. A Brigada Militar informou que o grupo tentou atacar uma lotérica que fica no interior do estabelecimento, mas acabou encontrando os seguranças do carro-forte no estacionamento.

O homem baleado foi encaminhado ao Hospital de Pronto-Socorro de Porto Alegre, que fica próximo ao local da tentativa de assalto. O estado de saúde dele e a identificação ainda não foram confirmados. Segundo a polícia, os tiros atingiram o joelho e o pé do segurança.

Após o ataque frustrado, os suspeitos fugiram em um Focus pela Avenida Osvaldo Aranha. A perícia isolou o local.

Fonte: G1

Bancários rejeitam propostas dos bancos e aprovam greve nacional a partir do dia 30



Cerca de 1.500 bancários participaram da assembleia em São Paulo

Conforme orientação do Comando Nacional dos Bancários, coordenado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT), sindicatos de bancários em todo o país realizaram assembleias na noite desta quinta-feira (25), rejeitaram a proposta apresentada pela Federação Nacional dos Bancos (Fenaban) na última sexta-feira (19) e decretaram greve por tempo indeterminado a partir da próxima terça-feira (30).

Os funcionários dos bancos públicos também rejeitaram as propostas feitas pelas instituições

para as pautas de reivindicações específicas.

Os bancários ainda decidiram realizar novas assembleias na próxima segunda-feira (29).

O Comando considerou insuficientes as propostas dos bancos. A Fenaban propõe reajuste de 7% nos salários (0,61% de aumento real) e 7,5% no piso (1,08% acima da inflação), dentre outros itens. O modelo de pagamento da PLR é o mesmo do ano passado, apenas com o reajuste de 7% nos valores.

“Queremos mais e reivindicamos um reajuste de 12,5%, piso do Dieese (R\$ 2.975,49) e PLR de três salários mais parcela adicional de R\$ 6.247, dentre outras demandas econômicas, assim como avanços no emprego e nas condições de saúde, segurança e trabalho, além de igualdade de oportunidades”, afirma Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT e coordenador do Comando Nacional.

“Reivindicamos o fim das demissões imotivadas, da rotatividade e das terceirizações, bem como o fim das metas abusivas, do assédio moral e das discriminações, além de mais segurança contra assaltos e sequestros, entre outros pontos”, salienta o dirigente sindical.

“Os bancos que atuam no Brasil continuam tendo a mais alta rentabilidade de todo o sistema financeiro internacional. Somente os seis maiores tiveram lucro líquido de R\$ 56,7 bilhões em 2013 e mais R\$ 28,5 bilhões no primeiro semestre deste ano, sobretudo pelo empenho e à produtividade dos bancários. Mas os banqueiros só valorizam os altos executivos e não querem atender as reivindicações da categoria”, aponta Carlos Cordeiro.

Conforme informações enviadas à Contraf-CUT até as 21h desta quinta-feira, as propostas dos bancos foram rejeitadas e a greve nacional foi aprovada a partir do dia 30 por tempo indeterminado pelas assembleias dos sindicatos de:

São Paulo
Rio de Janeiro
Brasília
Belo Horizonte
Curitiba
Porto Alegre
Florianópolis
Campo Grande
Alagoas
Mato Grosso
Piauí
Ceará
Pará
Roraima
Acre
Sergipe
Espírito Santo
Rio Grande do Norte
Campinas (SP)
Apucarana (PR)
Guarapuava (PR)
Cornélio Procópio (PR)
Londrina (PR)
Juiz de Fora (MG)
Joaçaba (SC)

Chapecó (SC)
Limeira (SP)
Piracicaba (SP)
Uberaba (MG)
Angra dos Reis (RJ)
Baixada Fluminense (RJ)
Sul Fluminense (RJ)
Três Rios (RJ)
Itaperuna (RJ)
Teresópolis (RJ)
Macaé (RJ)
Campina Grande (PB)
Rondonópolis (MT)
Barra das Garças (MT)
Dourados (MS)
Itabuna (BA)
Vitória da Conquista (BA)
Camaçari (BA)
Feira de Santana (BA)
Ilhéus (BA)
Jacobina (BA)
Jequié (BA)
Juazeiro (BA)
Vale do Paranhana (RS)

Fonte: Contraf-CUT

Fala CNTV

Vigilantes e bancários são parceiros de longa data. Enfrentam juntos as lutas por mais segurança para as duas categorias, para clientes e para usuários do sistema financeiro. Nós, vigilantes, sabemos da importância da mobilização para arrancar conquistas dos patrões. Por isto, a Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) conclama aos vigilantes dos bancos em todo o país a se solidarizarem aos companheiros nesta campanha salarial. Juntos somos mais fortes!

Fonte: CNTV

**VIGILANTE
PISO NACIONAL
3 MIL REAIS**

CONFEDERAÇÃO, FEDERAÇÕES E SINDICATOS DE VIGILANTES

UNI global union CUT BRASIL

Turma mantém acumulação de adicionais de insalubridade e periculosidade

Um empregado da Amsted Maxion Fundação e Equipamentos Ferroviários S. A. vai receber acumuladamente os adicionais de insalubridade e periculosidade. A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho afastou a argumentação de que o artigo 193, parágrafo 2º, da CLT prevê a opção pelo adicional mais favorável ao trabalhador e negou provimento ao recurso da empresa, sob o entendimento de que normas constitucionais e supralegais, hierarquicamente superiores à CLT, autorizam a cumulação dos adicionais.

De acordo com o relator do recurso, ministro Cláudio Brandão, a Constituição da República, no artigo 7º, inciso XXIII, garantiu de forma plena o direito ao recebimento dos adicionais de penosidade, insalubridade e periculosidade, sem qualquer ressalva quanto à cumulação, não recepcionando assim aquele dispositivo da CLT. Em sua avaliação, a acumulação se justifica em virtude de os fatos geradores dos direitos serem diversos e não se confundirem.

Segundo o ministro, a cumulação dos adicionais não implica pagamento em dobro, pois a insalubridade diz respeito à saúde do empregado quanto às condições nocivas do ambiente de trabalho, enquanto a periculosidade “traduz situação de perigo iminente

que, uma vez ocorrida, pode ceifar a vida do trabalhador, sendo este o bem a que se visa proteger”.

Normas internacionais

O relator explicou que a opção prevista na CLT é inaplicável também devido à introdução no sistema jurídico brasileiro das Convenções 148 e 155 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), “que têm status de norma materialmente constitucional ou, pelo menos, supralegal”, como foi decidido pelo Supremo Tribunal Federal. A Convenção 148 “consagra a necessidade de atualização constante da legislação sobre as condições nocivas de trabalho”, e a 155 determina que sejam levados em conta os “riscos para a saúde decorrentes da exposição simultânea a diversas substâncias ou agentes”.

Tais convenções, afirmou o relator, superaram a regra prevista na CLT e na Norma Regulamentadora 16 do Ministério do Trabalho e Emprego, no que se refere à percepção de apenas um adicional quando o trabalhador estiver sujeito a condições insalubres e perigosas no trabalho. “Não há mais espaço para a aplicação do artigo 193, parágrafo 2º, da CLT”, assinalou.

A decisão foi unânime.

Fonte: TST

O TST possui oito Turmas julgadoras, cada uma composta por três ministros, com a atribuição de analisar recursos de revista, agravos, agravos de instrumento, agravos regimentais e recursos ordinários em ação cautelar. Das decisões das Turmas, a parte ainda pode, em alguns casos, recorrer à Subseção I Especializada em Dissídios Individuais (SBDI-1).

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, Lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF